

IMPARCIALIDADE DOS ÁRBITROS

2021

Carlos Elias

IMPARCIALIDADE DOS ÁRBITROS

© Almedina, 2021

AUTOR: Carlos Elias

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: Roberta Bassanetto

ISBN: 9786556271958

Março, 2021

1244456

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Elias, Carlos

Imparcialidade dos árbitros / Carlos Elias. --
São Paulo : Almedina, 2021

ISBN 978-65-5627-195-8

1. Arbitragem (Direito) 2. Árbitros
3. Imparcialidade (Direito) I. Título.

21-55152

CDU-347.918

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem : Direito civil 347.918
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

ÍNDICE

NOTA DO AUTOR	7
APRESENTAÇÃO	9
ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	17
Por que a imparcialidade do árbitro	17
Estrutura do presente estudo	21
CAPÍTULO 1.	
INSUFICIÊNCIA DA NOÇÃO GENÉRICA E DOS PADRÕES RELATIVOS À IMPARCIALIDADE DO ÁRBITRO	23
1.1. Imparcialidade como atributo inerente a qualquer julgador	23
1.2. Transposição da noção genérica de imparcialidade para a arbitragem	26
1.2.1. Transposição não uniforme do conceito de imparcialidade para a arbitragem e o advento das noções de independência e de neutralidade	26
1.2.2. Impossibilidade de identificação precisa dos conteúdos da imparcialidade, da independência, da neutralidade e da sua importância no caso concreto	32
1.3. Tentativas de padronização da imparcialidade do árbitro	36
1.3.1. As diversas técnicas de padronização	36
1.3.2. As técnicas de padronização na experiência da <i>civil law</i>	37
1.3.2.1. Equivalência entre causas de recusa ou impugnação do árbitro e do juiz	37
1.3.2.2. Tipificação legal dos casos de recusa ou impugnação do árbitro	41

IMPARCIALIDADE DOS ÁRBITROS

1.3.2.3.	Cláusula geral relativa à imparcialidade do árbitro	44
1.3.2.4.	Um caso particular: a evolução das técnicas na França	45
1.3.3.	Técnicas de padronização na experiência da common law	51
1.3.3.1.	A experiência inglesa e a disputa entre testes para aferição da imparcialidade	51
1.3.3.2.	A experiência norte-americana e a vagueza do conceito de “evident partiality”	57
1.3.4.	Tentativa de padronização via <i>soft law</i> : as <i>IBA Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration</i>	66
1.3.5.	Tratamento da imparcialidade nas instituições arbitrais	72
1.4.	Disposições sobre imparcialidade do árbitro na lei e a doutrina brasileira: observações críticas	76

CAPÍTULO 2.

CONTEÚDO DA IMPARCIALIDADE DO ÁRBITRO
E SUA OPERACIONALIZAÇÃO PELA APARÊNCIA

2.1.	Função da imparcialidade	85
2.1.1.	Modelo processual, participação e influência	86
2.1.2.	Preferência, pré-compreensão e imparcialidade	89
2.2.	Da subjetividade para a intersubjetividade: imparcialidade, probabilidade e aparência	92

CAPÍTULO 3.

PREMISSAS PARA CONSTRUÇÃO DA NORMA CONCRETA

3.1.	Conceito de imparcialidade e estrutura normativa	95
3.2.	Premissas de estrutura	97
3.2.1.	Primeira premissa de estrutura: modelo democrático de processo como forma de orientação na interpretação das hipóteses expressamente previstas e de integração de hipóteses não previstas expressamente	97
3.2.2.	Segunda premissa de estrutura: satisfação de postulados hermenêuticos ou das justificativas de “segunda ordem”	103
3.3.	O ambiente institucional no qual se desenvolve a arbitragem	108
3.3.1.	Um pouco da história da arbitragem comercial internacional e a arbitragem no Brasil: o aumento do número de árbitros e a ineficácia de controles informais	111
3.3.2.	A prática arbitral e seu desenvolvimento em um mercado assimétrico	115

3.4. Premissas de conteúdo	122
3.4.1. Categoria (1.1.1) – Relação de trabalho ou societária do árbitro ou de pessoas próximas com a parte ou entidades a ele envolvidas	125
3.4.2. Categoria (1.1.2) – Relação de prestação de serviços do árbitro (ou de seu escritório) com a parte ou pessoas e entidades ligadas a ela	131
3.4.3. Categoria (1.2) – Relação familiar ou social do árbitro com pessoas ou entidades envolvidas com a parte	146
3.4.4. Categoria (2) – Relação do árbitro (ou de seu escritório) com o advogado que representa a parte (ou com seu escritório)	151
3.4.5. Categoria (3.1) – Contato anterior do árbitro com o litígio, com causas derivadas ou com questões fáticas idênticas ou relacionadas	162
3.4.6. Categoria (3.2) – Posições técnicas ou acadêmicas defendidas pelo árbitro	170
3.4.7. Categoria (3.3) – Duplo papel do árbitro (advogado e julgador) ou “issue conflicts”	173
3.4.8. Categoria (3.4) – Nomeações repetidas do árbitro	178
3.4.9. Categoria (3.5) – Atuação do árbitro no processo	184
3.4.10. Categoria (3.6) – Particularidades culturais ou cognitivas derivadas da história de vida do árbitro	189
3.4.11. Categoria (3.7) – Nacionalidade do árbitro	192
3.5. Proposta normativa e observador. Diferentes visões?	193
3.6. Roteiro para a criação de normas concretas	197

CAPÍTULO 4.

PRINCIPAIS QUESTÕES LIGADAS À IMPARCIALIDADE DO ÁRBITRO

4.1. Padrão de imparcialidade do árbitro e padrão de imparcialidade do juiz	199
4.2. Imparcialidade, independência e neutralidade do árbitro: importância relativa das distinções	204
4.3. Imparcialidade e dever de revelação	210
4.3.1. Natureza e conteúdo do dever de revelação	212
4.3.2. Violação do dever de revelação não dá causa, <i>per se</i> , à parcialidade do árbitro	219
4.4. Imparcialidade e binômio ciência-aceitação: limites	223

4.5. Os critérios para a análise da imparcialidade devem ser os mesmos para todos os membros do tribunal arbitral. A conclusão de parcialidade de um árbitro invalida a decisão unânime do tribunal arbitral.	227
4.6. Imparcialidade e novas fronteiras	229
4.6.1. Financiamento do litígio por terceiros	229
4.6.2. Imparcialidade e afastamento do advogado	232
CONCLUSÕES	237
REFERÊNCIAS	243
TABELA DE CASOS	257